

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2003

Regulamenta o livre acesso às instalações de transporte dutoviário de gás natural.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no artigo 58 e seu § único da Lei n.º 9.478, de agosto de 1997, com base na Resolução de Diretoria n.º _____, de _____ de _____ de 2003, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Constitui objeto da presente Portaria a regulamentação do uso das Instalações de Transporte Dutoviário de Gás Natural, mediante remuneração adequada ao Transportador, respeitados os termos dos contratos em vigor.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, ficam estabelecidas as seguintes definições:

- I. Capacidade Contratada de Entrega: capacidade de retirada de gás natural em determinado Ponto de Entrega a qual o Transportador se obriga a disponibilizar para o Carregador, conforme o respectivo contrato de transporte;
- II. Capacidade Contratada de Transporte: capacidade de transporte a qual o Transportador se obriga a disponibilizar para o Serviço de Transporte Firme, conforme o respectivo contrato de transporte;
- III. Capacidade Disponível de Transporte: diferença entre a Capacidade Máxima de Transporte e a Capacidade Contratada de Transporte para o Serviço de Transporte Firme;
- IV. Capacidade Máxima de Transporte: máximo volume diário de gás natural que o Transportador pode movimentar nas condições operacionais vigentes, no trecho de sua instalação de Transporte, considerando as pressões dos Pontos de Recepção e Entrega, dentro das faixas de variação estabelecidas em contrato;

COMENTÁRIO: a capacidade de transporte do gasoduto é função das condições operacionais.

- V. Capacidade Ociosa de Transporte: diferença entre a Capacidade Contratada Máxima de Transporte e o volume diário de gás natural programado para o Serviço de Transporte Firme;

COMENTÁRIO: a definição apresentada pela ANP considera ociosa toda a capacidade diária não utilizada, incluindo a Capacidade Disponível. Entendemos que esta forma irá privilegiar o STI em detrimento do STF. Portanto, propomos que se

utilize o texto acima proposto, que é a definição de Capacidade Ociosa da antiga Portaria 169.

- VI. Carregador: empresa ou consórcio de empresas contratante do serviço de transporte de gás natural junto ao Transportador;
 - VII. Concurso Público de Alocação de Capacidade (CPAC): procedimento público de oferta e alocação de capacidade de transporte para Serviço de Transporte Firme;
 - VIII. Instalação de Transporte: conjunto de instalações necessárias à prestação do serviço de transporte dutoviário de gás natural, incluindo dutos, estações de compressão, de medição, de redução de pressão, de armazenagem e de entrega;
 - IX. Instalação de Transferência: conjunto de instalações necessárias à movimentação de gás natural em meio ou percurso de interesse específico e exclusivo do proprietário ou explorador das facilidades;
 - X. Interessado: empresa ou consórcio de empresas que solicita formalmente o serviço de transporte dutoviário de gás natural;
 - XI. Mercado Emergente: mercado localizado em uma área geográfica limitada, correspondente a uma região de concessão estadual de distribuição de gás canalizado, na qual o primeiro fornecimento comercial de seu primeiro contrato de longa duração tenha sido efetuado há menos de 8 (oito) anos;
 - XII. Nova Instalação de Transporte: Instalação de Transporte com Autorização de Operação (AO) expedida há menos de 8 (oito) ~~4 (quatro)~~ anos, ao longo de toda sua extensão, conforme projeto aprovado, que não interligue Pontos de Recepção e Entrega já conectados entre si por dutos existentes.;
- COMENTÁRIO: entendemos que um prazo de 4 anos ainda é pequeno para incentivar os investidores (quando são carregadores) em grandes projetos de gasodutos. Este prazo de 4 anos ainda continuará a inibir novos investimentos ou favorecendo a redução dos diâmetros dos gasodutos, impactando, desta forma, num incremento do preço do gás nas futuras ampliações. Seria, portanto, conveniente que utilizássemos o mesmo prazo para Mercados Emergentes e Novas Instalações de Transporte, assim como adotado na Diretiva Européia de 1998 (Nesta Diretiva o prazo é de 10 anos).
- XIII. Ponto de Entrega: ponto no qual o gás natural é entregue pelo Transportador ao Carregador ou a quem este autorize.
 - XIV. Ponto de Recepção: ponto no qual o gás natural é recebido pelo Transportador do Carregador ou de quem este autorize;
 - XV. Serviço de Transporte Firme (STF): serviço de transporte no qual o Transportador se obriga a programar e transportar o volume diário de gás natural solicitado pelo Carregador, até a Capacidade Contratada de Transporte estabelecida no contrato com o Carregador;
 - XVI. Serviço de Transporte Interruptível (STI): serviço de transporte o qual poderá ser interrompido pelo Transportador, dada a prioridade de programação do Serviço de Transporte Firme;

- XVII. Transportador: empresa ou consórcio de empresas autorizadas pela ANP a operar as Instalações de Transporte;
- XVIII. Zona de Entrega: área geográfica limitada, correspondente à região objeto de concessão estadual de distribuição de gás canalizado;
- XIX. Zona de Recepção: área geográfica limitada, contendo um ou mais Pontos de Recepção.

XX. Preço de Gás Natural Ofertado: preço ofertado para o gás entregue no Ponto de Recepção.

Art. 3º O Transportador não poderá comprar ou vender gás natural, com exceção dos volumes necessários ao consumo próprio das Instalações de Transporte e para formação e manutenção de seu estoque operacional.

Art. 4º O Transportador permitirá o acesso não discriminatório de Interessados às suas Instalações de Transporte, assim como a conexão de suas instalações com outras Instalações de Transporte, exceto nos casos em que a solicitação do serviço:

- I. refira-se a Novas Instalações de Transporte; ou
- II. destine-se ao transporte de gás natural para Mercados Emergentes.

Parágrafo Único -As condições operacionais necessárias à conexão de Instalações de Transporte de distintos Transportadores, incluídas as conexões de fronteira do país, serão formalizadas em acordos de interconexão.

Art. 5º O Transportador atenderá Interessados em contratar Serviço de Transporte Interruptível, utilizando-se da Capacidade Ociosa de Transporte, sempre que o trecho solicitado em sua Instalação de Transporte não refira-se aos casos do Art. 4º e esteja operando, na média diária dos 6 meses anteriores, a pelo menos 70% de sua Capacidade Máxima de Transporte. ~~o que evidencia o risco de interrupção que caracteriza este serviço.~~

COMENTÁRIO: é necessário registrar que este artigo não inclui os casos de excepcionalidade do Art. 4º.

Entendemos que a última frase "o que evidencia..." é desnecessária.

Parágrafo Único - Os volumes destinados ao Serviço de Transporte Firme terão prioridade de programação sobre o Serviço de Transporte Interruptível.

Art. 6º Os serviços de transporte de gás natural serão formalizados em contratos, padronizados para cada modalidade de serviço, explicitando:

- I. tipo de serviço contratado;
- II. termos e condições gerais de prestação do serviço;
- III. Capacidades Contratadas de Transporte entre zonas de Recepção e zonas de Entrega;

- IV. Capacidades Contratadas de Entrega por Ponto de Entrega;
- V. Tarifas;
- VI. prazo de vigência.

Parágrafo Único -Os Transportadores enviarão à ANP os modelos de contrato previstos no caput desse artigo, no prazo de 30 (trinta) dias antes da sua aplicação.

Art. 7º Toda Capacidade Disponível de Transporte para a contratação de STF em Instalações de Transporte em operação será ofertada e alocada segundo os procedimentos de CPAC, observado o art. 4º desta Portaria.

§1º O Transportador submeterá à aprovação da ANP, no prazo de 30 (trinta) dias anteriores a divulgação, o regulamento do CPAC, que detalhará os procedimentos de oferta e alocação de capacidade para STF.

§2º Caso a Capacidade Disponível de Transporte de que trata o caput deste artigo seja resultante do fim do prazo de vigência de contrato de STF, o Carregador possuidor deste contrato terá preferência na recontração da capacidade, desde que ofereça as mesmas condições da melhor proposta apresentada no CPAC.

Art. 8º O regulamento do CPAC observará os princípios da transparência, da isonomia e da publicidade e disporá sobre:

- I. Critérios e procedimentos para o dimensionamento do projeto de expansão de capacidade, quando aplicável;
- II. Zonas de Recepção e Entrega atendidas;
- III. Custo médio ponderado de capital, refletindo as condições de mercado e os riscos associados à prestação do serviço;
- IV. Metodologia de cálculo da tarifa de transporte;
- V. Critério de alocação de capacidade entre os Interessados baseado no menor Preço de Gás Natural Ofertado;

COMENTÁRIO: é necessário definir a expressão Preço de Gás Natural Ofertado para que fique devidamente esclarecido que trata-se exclusivamente do preço do gás ex-transporte..

- VI. Condições para o redimensionamento do projeto de expansão de capacidade, quando aplicável;

- VII. ~~Qualquer outro aspecto considerado relevante pelo Transportador.~~

COMENTÁRIO: este item nos parece muito vago, podendo gerar incertezas e riscos regulatórios.

Parágrafo Único – Em caso de empate no processo de alocação da capacidade a que se refere o

Inciso V, será priorizado o interessado que detiver menor participação na Capacidade Contratada da referida Instalação de Transporte.

Art. 9º O proprietário de Instalações de Transferência que sejam reclassificadas como de Instalações de Transporte transferirá a operação destas instalações a um Transportador.

§1º O proprietário das Instalações de Transferência passará à qualidade de Carregador da Instalação de Transporte e terá preferência na contratação de capacidade diretamente junto ao Transportador, sem a necessidade de realização de CPAC, até o limite da capacidade definida na autorização de operação das instalações.

§2º Os contratos de transporte serão celebrados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de reclassificação.

Art. 10 O descumprimento do disposto na presente Portaria implica as sanções administrativas previstas na legislação aplicável.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS Diretor-Geral